

ALGUMAS REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE REFORMA
ADMINISTRATIVA

"A tendência fundamental de todo pensamento burocrático é a de transformar ' todo problema político em problema administrativo" (KARL MANNHEIM).

Falar em reforma administrativa e na superação ' do emperramento burocrático é ao mesmo tempo falar em uma ob- viedade e num tema muito complexo.

O assunto também não é novo e tem envolvido to- dos aqueles que se dedicam à administração pública e à políti- ca.

Todos sabemos que o aparelho do estado não é uma estrutura neutra. Ao contrário, ele é constituído com uma concepção ideologicamente determinada que tem como fim fazê - -lo instrumento das classes que detêm o poder.

Este texto não tem como finalidade analisar as origens do estado ou a forma através da qual ele evoluiu his- toricamente para o atual estágio.

Aqui importa, apenas, levantar algumas alternati- vas avaliando e situando o problema e sua importância no pro- cesso de disputas políticas. Cabe procurar saber qual o papel que o PT e a Frente Popular devem desempenhar, enquanto admi- nistração municipal, na ação direta do governo, dentro do processo geral de disputa pela hegemonia.

Considerando para isso que a Frente Popular che- ga ao poder ainda dentro dos marcos do capitalismo que, ape- sar de vivenciar uma profunda crise, ainda tem margem de man- bra e fôlego de sobrevivência.

Considerando, também, que nessa perspectiva o ca- minho de luta é o da conquista de posições, que prevê um pe- ríodo mais longo de confronto com incidências em todas as ins- tâncias da sociedade.

Reconhecendo, assim, tais circunstâncias cabe concluir que a presença das forças populares a frente de admi- trações municipais e detendo uma pequena parcela do controle' do estado representa uma espetacular possibilidade de influen- ciar direta e incisivamente sobre a vida, os valores, a cultu- ra e os padrões de convivência e produção de um grande número de pessoas.

Entretanto as dificuldades da ação político-administrativa estão colocadas em série e a enorme quantidade de demandas por infraestrutura urbana, habitação, saúde, transporte e educação surgem aos milhares como justas e elementares reivindicações das populações carentes e desprotegidas.

Além da escassez dos recursos materiais disponíveis a solução de tais problemas se depara, muitas vezes, com empecilhos intransponíveis de uma burocracia impermeável, inacessível e irracional.

O capitalismo tardio e dependente criou uma crise de racionalidade no estado. As complexas combinações de uma sociedade desigual colocam frente a frente e lado a lado a riqueza com a pobreza, o cidadão pleno e integral com o marginal social, econômico, político e policial.

Sem a abundância e a discricionariedade dos tempos do milagre e arraigada a uma tradição autoritária a burocracia se encolhe voltando-se para si própria e para uma visão corporativa que busca incessantemente se justificar, na falta de uma função real, pela invocação de uma universalidade imaginária.

Na vida contemporânea o elemento tecno-burocrático se desenvolveu extraordinariamente, sendo determinante na definição do papel desempenhado pelo estado.

O processo administrativo também faz parte do processo político, mesmo que os administradores desejem evitar a política e despolitizar as questões em discussão.

A administração popular não pode pretender dirigir o município sem governar. Deparando-se com todos esses problemas as dificuldades para implementar o programa e a ação política têm sido grandes em meio a uma máquina burocrática que, por sua origem e conteúdo, é hostil. Mais do que sabotagem, a resistência passiva ao novo, que por isso é incerto e inseguro têm estado sempre presente.

A passividade, a falta de criatividade, a desmotivação e, principalmente o medo da transparência estão marcados em tudo, com heranças de um passado de manipulação e uso indevido da coisa pública. Nesse sentido os servidores municipais são verdadeiras vítimas do desrespeito ao seu trabalho que os governantes sempre tiveram.

Como, então, incidir sobre tudo isso transformando democraticamente a máquina administrativa num instrumento permeável à participação popular e aos direitos de cidadania ?

Os Conselhos Populares são o objetivo estratégico que, desde já, os partidos, o governo e o movimento social devem construir.

Mas o que fazer com o sistema regular e institucional de serviço ?

Como eles podem ser, de imediato, desemperrados, democratizados e colocados, sem discriminação, ao alcance da maioria da população que pouco e mal deles usufrui ?

A idéia de uma reforma administrativa, tida por alguns como fórmula mágica de solução para todos os problemas, é, antes de tudo, a tentativa de procurar compatibilizar um instrumento de poder, que é o estado, com as demandas sociais nas quais sua presença é ineficiente e distante.

Do nosso ponto de vista a reforma administrativa, entendida como um processo político-social e não apenas técnico-científico deve ter como diretrizes, informadas pelo reconhecimento do direito de intervenção da sociedade sobre a administração, os seguintes pontos:

1. descentralização das estruturas, desenvolvida combinadamente com o movimento de aglutinação em núcleos regionais. Essa medida, além de racionalizar os serviços que se desenvolvem dispersivamente pela cidade, colocará os cidadãos e entidades comunitárias em contato mais direto e simplificado com aqueles que lhes prestarão atendimento;

2. extinção, fusão e redefinição de atribuições de diversos órgãos com atividades paralelas e simultâneas que devem ser aglutinados e redimensionados para um uso racional e adequado dos recursos, visando economia, clareza e rapidez de definições com qualidade no produto final;

3. revisão das rotinas que devem ser simplificadas e modernizadas, eliminando trâmites excessivos e métodos nos quais não há responsabilidade pelo trabalho ou vínculo com ele;

4. informatização que deve ser desenvolvida, não de forma indiscriminada e insensata - com custos muitas vezes desproporcionais aos resultados -, mas como elemento simplificador e agilizador da atividade administrativa;

5. atenção especial para as relações de trabalho que devem ser democratizadas para que o funcionalismo se torne agente e personagem do serviço prestado à população, num processo de superação do corporativismo e valorização coletiva da atividade profissional em sua eficiência e produtividade plenas.

A estas diretrizes devem ser agregados mecanismos formais e informais de participação popular nas decisões, de respeito à cidadania, de garantia à informação e à prática da transparência dos atos administrativos.

Muitas destas medidas podem ser adotadas já, com simplicidade e determinação.

Outras, entretanto, se inserem num processo de mais longo tempo, pois devem ser constituídas politicamente dentro de um contexto maior de disputas.

O estado é, acima de tudo, um aparelho de reprodução da hegemonia pela coesão e coerção que pode exercer. Mas, por sua autonomia relativa, pode servir de instrumento da contra-hegemonia na transformação do próprio conceito de política que uma prática alternativa pode definir.

De qualquer forma é preciso decisão e coragem para não se deixar levar pela rotina, rompendo com o fato consumado e com a inércia.

É preciso provar e demonstrar que o estado, por si só, não é um mau gerente, mas que a má gerência decorre da privatização da administração pública colocada a serviço de interesses individuais e privilegiados.

Definidos os objetivos centrais do programa de governo, sem receios, os mecanismos administrativos da máquina municipal devem ser remoldados ao seu novo perfil dirigente.

Não só os compromissos de princípio com o socialismo estão a exigir atitudes firmes e decididas, mas, também, as condições espirituais e materiais da contemporaneidade que, senão reconhecidas, levarão a administração popular ao papel de expectadora de uma dinâmica muito mais veloz do que seus atos e nobres propósitos.

É certo que a crise do estado não será resolvida de forma independente da crise econômica e social, mas é possível encontrar mediações competentes que minimizem os problemas e credenciem as forças populares como alternativa dirigente.

Passados duzentos anos da Revolução Francesa as então bandeiras da burguesia, colocadas em torno da cidadania e da participação retomam atualidade situadas, entretanto, em uma sociedade de alta tecnologia onde a modernidade se expressa por uma universalidade concreta hegemonizada pela presença política dos trabalhadores.

A reforma está colocada nesses parâmetros e den-

tro deles, acreditamos, deve se desenvolver, sem estardalhaços, manchetes ou publicidades, mas com a firmeza que a torne consistente e sentida amplamente.

A desburocratização e a reforma administrativa não são uma campanha ou um slogan, mas um processo dialético de disputa política com conteúdo estratégico.

PORTO ALEGRE, maio de 1989.

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO.